

### 3

## As contradições da Cidade: espaço de isolamento e socialização

“Novedad de hoy y ruina de pasado mañana, e  
enterrada y resucitada cada día,  
convivida en calles, plazes, autobuses, taxis,  
cines, teatros, bares, hoteles, palomares, catacumbas,  
Hablo de la ciudad inmensa, realidad diaria hecha  
de dos palabras: los otros,  
y en cada uno de ellos hay un yo cercenado de un  
nosotros, un yo a la deriva,  
hablo de la ciudad construida por los muertos,  
habitado por sus tercos fantasmas, regida por su despótica memoria,  
Hablo de la selva de piedra, el desierto del profeta,  
el hormiguero de almas, la congregación de tribus, la casa  
de los espejos, el laberinto de ecos,  
Hablo de la ciudad, pastora de siglos, madre que  
nos engendra y nos devora, nos inventa y nos olvida”.

Octavio Paz

Falar de cidade hoje é falar de espaços que trazem características específicas, cunhadas no espaço e no tempo do que se consolidou chamar pós-modernidade.

Na sociedade moderna, a violência urbana, o desemprego, a falta de políticas sociais vêm afastando mais e mais o homem da sua cidade. Conseqüentemente é difícil andar pela cidade sem sobressaltos; os encontros entre pessoas se dão, cada vez mais, em espaços privados, deixando os espaços públicos mais vazios. A vida noturna está, da mesma forma, tomando características mais caseiras. Os usos da cidade e dos espaços que ela oferece estão ficando para trás, em algum lugar da memória.

Na direção dessa imagem estão os condomínios fechados – cada vez mais comuns – ocupando o espaço antes ocupado pela cidade. Altas grades guardam a privacidade dos moradores e os afasta da convivência urbana. Infra-estrutura básica é organizada para melhorar a vida de quem lá, atrás das grades, mora. Escolas, pequenos comércios, academias, clínicas, praças, pistas de corrida, playground e, para maior segurança dos moradores, circuito interno de TV, seguranças especializados, porteiro eletrônico, cerca elétrica.

Bauman (2001) cita o arquiteto inglês George Hazelton que, estabelecido na África do Sul, sonha com uma cidade que tenha o formato descrito acima.

*Heritage Park, a cidade que Hazeldon está para construir em 500 acres de terra não muito longe da Cidade do Cabo, deve diferenciar-se das outras cidades por seu autocercamento: cercas elétricas de alta voltagem, vigilância eletrônica das vias de acesso, barreiras por todo o caminho e guardas fortemente armados (2001, p: 107)*

Continua o autor explicando que quem puder adquirir uma casa em Heritage Park poderá passar boa parte da vida afastado dos perigos e riscos da “*turbulenta, hostil e assustadora selva que começa logo que terminam os portões da cidade*” (Idem).

*[...] Heritage Park terá suas próprias lojas, igrejas, restaurantes, teatros, áreas de lazer, florestas, um parque central, lagos com salmões, playgrounds, pistas de corrida, campos de esportes e quadras de tênis – e área livre suficiente para se acrescentar o que quer que a moda de uma vida decente possa demandar no futuro (Idem, p: 108).*

O maior argumento de Hazeldon para a construção de tal comunidade é a segurança, ou a falta dela. Para ele, viver em lugares normais das cidades grandes é algo hoje impossível. Em condomínios como Heritage Park estará garantida a segurança, a tranqüilidade. Tudo será vigiado por câmeras, os seguranças farão rondas diárias – inclusive noturnas – e denunciarão quaisquer anormalidades.

Este tipo de limpeza urbana acarretada pela “*política do medo cotidiano*” (Idem, p: 110) mantém as pessoas longe dos espaços públicos e acaba por afastá-las da “*busca da arte e das habilidades necessárias para compartilhar a vida pública*” (Idem, p: 110). Ou então, a permanência e/ou freqüência a esses lugares adquire características outras, diversas. Todos esses aspectos dão à dimensão da transformação da vida nas grandes cidades. Há uma crescente compartimentação das áreas públicas, com acessos seletivos. “*Há uma separação no lugar da vida em comum – principal dimensão da evolução corrente da vida urbana*” (Idem, p: 111).

Em cenário assim as pessoas acabam por se isolar. Vão ficando dentro dos próprios condomínios, vivendo em suas comunidades, pouco de misturando à vida pública oferecida pela cidade. Os encontros verdadeiros vão escasseando, tomando a dimensão do trecho da música de Paulinho da Viola transcrito um pouco abaixo... fugaz... entre trajetos...rápidos...sem compromissos... sem tempo.... . A vida urbana exige certo tipo de civilidade que, segundo Senett (In Bauman, 2001) é uma

atividade que protege as pessoas umas das outras permitindo, ainda assim, que elas estejam próximas. É como se usássemos máscaras que nos livrasse dos sentimentos dos outros, mas que nos permitisse agir com cordialidade. Essa noção de civilidade avança para o espaço urbano, pois, ainda segundo o autor, a civilidade, assim como a linguagem, não pode ser privada.

Isso significa dizer que o espaço urbano pode ser civil no que diz respeito à prática individual desta civilidade. O meio urbano oferece vários espaços “civis” em que as pessoas podem compartilhar a vida sem que se sintam forçadas a tirarem a máscara. Os encontros podem se dar, mas a individualidade permanece.

Dentre os espaços públicos que a cidade oferece, Bauman (2001) apresenta dois tipos que não se enquadram na categoria de espaço “civil”.

O primeiro diz respeito aos espaços que se apresentam como monumentos onde a hospitalidade não é vista ou sentida pelo visitante ou transeunte. Nesses lugares, tudo inspira respeito e a não permanência; são monumentos para serem admirados e não visitados, *“imponentes e inacessíveis aos olhos – imponentes porque inacessíveis, estas duas qualidades que se complementam e reforçam mutuamente”* (2001, p: 113).

Quando Joaquim e as professoras da Baixada Fluminense, ao se referirem aos castelos da cidade e ao MAM, não se reconhecem como cidadãos de direitos para entrar nos museus e prédios históricos da cidade eles estão se referindo a esses espaços. São monumentos que existem para serem admirados, são imponentes, não acolhem os transeuntes convidando-os a entrar, não são hospitaleiros.

Os espaços públicos não civis que se multiplicam na cidade pós-moderna afastam o cidadão que sente não fazer parte daquele espaço.

O espaço urbano de hoje é repleto de espaços públicos não civis. Monumentos, prédios, praças, calçadas que se estendem, proliferam, homenageiam personalidades mas que não se dão ao público, ao indivíduo cidadão que circula pela cidade. São esses espaços que representam os castelos de Joaquim e o MAM na opinião das professoras.

O segundo está relacionado aos espaços que se destinam a transformar o habitante da cidade em consumidor. São espaços que favorecem a ação e não a interação. São os pontos turísticos, salas de exibição ou concertos, shopping centers, cafés, lugares onde a interação se dá apenas entre as pessoas que estão juntas, já chegaram juntas e vão sair juntas.

Compartilhar desses espaços físicos com outras pessoas, habitantes da mesma cidade que realizam atividades similares, imprime importância à ação, corrobora seu sentido e a justifica sem necessidade de nenhuma outra razão. E os encontros que porventura aconteçam nesses lugares costumam ser breves e superficiais. O *lugar* aqui em questão é protegido contra aqueles que costumam quebrar a regra. “As pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar. Levam com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerem), como os caracóis levam suas casas” (Idem, 2001, p: 114).

Essa forma de se relacionar com os espaços/lugares que a cidade oferece está, na realidade, misturada às formas de se relacionar com *o outro – o estranho*. Aquele que não se conhece mas que partilha da mesma cidade, dos mesmos lugares, espaços. Segundo Sennett (2004), a cidade oferece muitas possibilidades para que esses encontros aconteçam. Um encontro de estranhos começa e termina da mesma maneira, de forma abrupta. Não há continuidade; retomadas a partir do ponto de partida; não há troca de experiências sobre o momento presente e não há, também, expectativas quanto ao futuro. Um encontro de estranhos é um evento sem passado e um evento sem futuro.

[...] o encontro de estranhos é [...] uma história para não ser continuada, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato, sem adiamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião [...]. o único apoio com que estranhos que se encontram podem contar deverá ser tecido do fio fino e solto de sua aparência, palavras e gestos. No momento do encontro não há espaço para tentativa e erro, nem aprendizado a partir dos erros ou expectativa de outra oportunidade (Bauman, 2001, p: 111).

E onde está o envolvimento, o comprometimento, a troca, a responsabilidade, a experiência, a cumplicidade? Certamente não estão nesses *espaços lugares não-lugares* assim definidos na pós-modernidade.

Segundo Peixoto (1998), hoje nem a cidade habita os homens – uma vez que ela está sem rastro e sem história – nem os homens a habitam – já que eles não sabem mais enxergá-la. Os lugares perderam sua alma, sua aura. Estão vazios de sentido, de significado. Os habitantes das cidades não conseguem mais reconhecê-la, desejá-la, amá-la. Andam por suas ruas e não encontram lugares

onde se refugiarem do calor ou da chuva. Imponentes, os prédios tomaram conta dos espaços públicos e se transformaram em espaços de não civilidade.

### 3.1

#### Que Lugar é esse onde estamos?

Nascemos em um lugar determinado. O lugar de nascimento de um indivíduo é constitutivo de sua identidade individual e coletiva. Para Certeau (1994), um *“lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”* (p:201). Aqui, então, segundo a análise do autor, impera a lei do *“próprio”*, pois se dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço os elementos se encontram uns ao lado dos outros, ocupando seu *“próprio lugar”*. *“Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Indica uma condição de estabilidade”* (Certeau, 1994 p: 201). Ora, isto significa dizer que em um mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum. As regras de residência, por exemplo, que atribuem o lugar à criança – com a mãe, com o pai, com a avó – a situam em uma configuração de conjunto cuja inscrição geográfica ela compartilha com os outros.

O lugar é necessariamente histórico pois conjuga identidade e relação e os indivíduo vão, ao longo de sua vida e história, construindo e reconstruindo esses lugares nos quais estamos inseridos.

Ocupamos vários lugares ao longo da vida e nas diferentes instâncias nas quais nos encontramos. Somos alunos, professores, mães, pais, filhos e filhas, colegas de trabalho aqui e subordinados e mandantes acolá.

São os lugares que ocupamos na vida moderna que nos diferenciam uns dos outros. E é a necessidade de ocupar vários lugares que transforma a vida em uma constante correria, em uma constante busca por algo melhor, diferente, mais seguro...

Olá, como vai?  
 Eu vou indo... e você, tudo bem?  
 Tudo bem, eu vou indo correndo  
 Pegar meu lugar no futuro, e você?  
 Tudo bem, eu vou indo em busca de um sono  
 Tranquilo, quem sabe?  
 Quanto tempo... Pois é... quanto tempo...  
 (Paulinho da Viola)

Dessa forma, vamos indo, nós todos, correndo pegar nosso lugar no futuro, ou, pelo menos, vamos tentar. O fato é que cada vez mais estamos *indo*... estamos em movimento, constante movimento, cada vez menos satisfeitos com o lugar em que nos encontramos. Importa, sempre e sempre, buscar **algum** outro lugar, diferente desse.

O que se passa com o homem de hoje é que, cada vez mais, ele cria novos lugares no espaço. Ele troca de lugar para lugar numa busca incessante de novos lugares. Segundo Veiga-Neto, o que mais importa é a capacidade de “lugarização” e de mobilização (2002). *É a capacidade diferencial de criar lugares, de mudar de lugar, de escapar, de adiantar, de atrasar, de entrar e sair (Idem, p: 172).*

Assim, fixar-se ao solo não é tão importante uma vez que o solo pode ser abandonado à vontade, em qualquer tempo, em qualquer momento para, imediatamente, encontrar outro. Ao contrário, a idéia de fixar-se fortemente em determinado lugar, estreitando laços e compromissos, pode ser prejudicial uma vez que novas oportunidades podem surgir em outros lugares.

Pensar em lugar e lugares requer, também, pensar o espaço e o tempo. Para Certeau (1994), o espaço é um lugar praticado. Assim, segundo ele, a rua geometricamente definida pelo urbanismo seria transformada em espaço pelos pedestres que a freqüentam. Diferentes do espaço e do tempo do mundo de ontem, esses conceitos se encontram transmutados dos significados que carregavam.

O hoje é apenas uma premonição do amanhã – o que realmente importa. Aquilo que *é* – agora – rapidamente é cancelado pelo que *virá*. Essa impossibilidade de permanecer fixo marca a modernidade, segundo Bauman (1998). Para esse autor, passamos por uma época em que o espaço e o tempo eram pesados, enraizados nos objetivos de conquista – da terra, do espaço – sem perda de tempo. A conquista territorial estava ligada ao poder, os impérios se espalhavam preenchendo todos os espaços vazios do Globo. Aquilo que porventura não se conseguisse conquistar, era denominado *espaço vazio*, não era de ninguém.

Do mesmo modo, a rotina prendia o tempo ao solo sem permissão de mobilização. Esse tempo congelado, junto com o espaço delimitado prendia o capital impedindo que ele se movimentasse, mudasse de lugar.

O passo seguinte diz respeito a um outro momento da história considerado mais leve. As formas de organização do espaço e do tempo ficaram mais soltas, se adequando aos fluxos mais maleáveis da vida moderna. A mudança que está em

jogo é a irrelevância do espaço em relação a um tempo que tem a velocidade da luz. “*O espaço pode ser atravessado, literalmente, em tempo nenhum; cancela-se a diferença entre longe e aqui. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta*” (Bauman, 2001, p: 137).

A relação espaço tempo toma outra dimensão. Se o espaço pode ser alcançado em um tempo mínimo, não há necessidade de se conquistá-lo agora. Sabendo que se pode estar em qualquer lugar a qualquer momento que quiser, não é necessário ter pressa. Mudam-se as configurações do espaço e do tempo e o homem se acostuma a estas novas configurações mudando também sua forma de se relacionar com eles.

No entanto, esse tempo instantâneo, da realização imediata, pode ser cansativo e causar falta de interesse. O que se tem hoje são apenas momentos, pontos sem dimensões – conforme afirma o autor.

No rastro dessa discussão, Bauman (2001) acrescenta a esse espaço/tempo/lugar voláteis a idéia de *poder* que acompanha a nova configuração social. Essa desintegração da rede social apresenta o poder como algo cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo. Segundo ele, a nova técnica do poder tem como ferramentas a fuga e o desengajamento. “*Para que o poder possa fluir o mundo deve estar livre de cercas, barreiras fortificadas e barricadas*”. E completa, “*as principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial*” (Bauman, 2001, p: 18).

Mas como *lugar*, temos também o *espaço ocupado* e o não-lugar. Espaços públicos e privados, espalhados pela cidade, abertos ao público, fechados ao público, monumentos que enfeitam logradouros, ruas, que muitas vezes nem percebemos existirem. Lugares de acolhimento e de afastamento. Lugares que são instrumentos de cultura, mas que podem ser, também, instrumentos de barbárie e que podem simplesmente ser não-lugares. Como se dá a relação do habitante da cidade com esses espaços/lugares/não-lugares? Como a cidade está se oferecendo para o habitante a fim de que ele possa fazer uso desses lugares se sentindo parte deles, integrados a eles?

Na constituição dos grandes centros urbanos, das grandes cidades, vários lugares estão dispostos e organizados para serem não-lugares, ou seja, lugares

onde “*todos devem sentir-se como se estivesse em casa, mas ninguém deve comportar-se como se verdadeiramente em casa*” (Bauman, 2001, p: 120).

Cada vez mais as cidades se enchem desses espaços onde a permanência é rápida e curta. Nesses espaços, é preciso conhecer a arte da civilidade, mas muito raramente se tem a oportunidade de usá-la. Espaços públicos e privados em que se precisa chegar, entrar e que, rapidamente, se quer sair. Eles existem para que o habitante da cidade saiba exatamente para que servem, sem que, no entanto, queira ou deseje fazer uso dele.

O lugar e o não-lugar são polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente. Reinscrevem-se neles, incessantemente, o jogo interminável e embaralhado da identidade e da relação. Os não-lugares são a medida de uma época.

Mas um não-lugar faz o que pode para que a presença do estranho – e que fique bem claro: para o não-lugar o habitante da cidade é sempre um estranho – seja meramente física e indistinguível da ausência. Isso significa dizer que a presença de um estranho deve ser igual a sua ausência, não deve significar, não deve fazer diferença se ele está ali ou não.

“Os residentes temporários dos não-lugares são possivelmente diferentes, cada variedade com seus próprios hábitos e expectativas: e o truque é fazer com que isso seja irrelevante durante sua estadia” (Bauman, 2001, p: 119).

As diferenças não aparecem pois não há razão para que apareçam. Cada habitante transitório deve permanecer com suas individualidades e marcas próprias sem que se precise confrontar-se com as individualidades e marcas do outro. Esse outro, por sua vez, também não está preocupado com as diferenças de quem para ele, também é um outro – estranho.

Segundo Marc Augé (1994) o não-lugar está diametralmente oposto ao lar, à personalidade. Só, mas junto com os outros, o habitante do não-lugar estabelece uma relação com este que é basicamente representada por símbolos. São espaços que não podem ser considerados lugares antropológicos e que não têm nenhuma relação com lugares antigos.

Nesses espaços, o efêmero, o transitório, a rapidez ganham um significado especial imprimindo ao sujeito a marca da individualidade. Pode-se chegar

sozinho e sozinho se permanecer sem que isso signifique constrangimentos. Aeroportos, estações de trem e ônibus, rodoviárias, hotéis, saguões, exemplificam um pouco do que seja não-lugares na opinião desses autores.

Os não-lugares podem ser designados por duas realidades distintas mas complementares: são espaços constituídos em relação a certos fins e a relação que o sujeito mantém com eles. Não se necessita do contato direto com outra pessoa para estabelecer com o não-lugar algum tipo de relação por mais rápida e fugidia que ela seja.

Assim, percebe-se cada vez mais que o não-lugar caracteriza-se por espaços em que o homem está em companhia dele mesmo e, ainda que ele esteja com outra pessoa, isto pouco importará para o nível de relação que se estabelecerá ali. Cada um por si tratará de realizar sua tarefa sem se preocupar com o companheiro, pois cada um saberá exatamente como agir sem que se precise perguntar ao outro.

Na coexistência de lugares e não-lugares, diz Augé (1994), o obstáculo será sempre político. A extensão dos não-lugares acelerou a reflexão de indivíduos que se perguntam cada vez mais para onde estão indo, porque sabem, cada vez menos, onde estão.

Em uma sociedade configurada de forma a criar espaços de socialização e não socialização como os lugares antropológicos e os não-lugares, encontra-se a criança que busca seu lugar e seu espaço em meio aos adultos que a cercam, seja em casa, na escola ou na rua. Tanto Joaquim que olha e fala dos castelos da cidade (Capítulo III), como espaços *“só de olhar, passar na porta e olhe lá”*, como as crianças da escola que têm como muro que as separam dos jardins do Campo de Santana apenas um aramado ficam à mercê de uma política cultural que chega até elas de vez em quando, em datas comemorativas que a escola comemora com festas, apresentações e fantasias; em escassos passeios oferecidos pela escola – quando a freqüentam – , em programas de qualidade duvidosa apresentados na televisão.

Estas reflexões suscitam alguns questionamentos: a criança, além de todos os direitos por elas já conquistados, não teriam também direito à cultura? Não seria de se esperar que as políticas públicas de Educação – e no caso desta tese em especial, Educação Infantil – procurassem promover oportunidades para que as crianças, já a partir da primeira infância, tivessem acesso constante e irrestrito às bibliotecas públicas, cinemas, museus, centros culturais? Estivessem expostas a

vários estilos musicais em situações diferentes dentro e fora da escola? Conhecêssem e participassem de espetáculos de dança variados nos diversos teatros municipais que têm programações ao longo do ano? Pudessem ter acesso a muitos e variados livros de literatura infantil? Tivessem brinquedos espalhados pela cidade, em praças, jardins, calçadas – em bom estado de conservação – para que pudessem apenas brincar, no percurso entre a casa e a escola, por exemplo?

### **3.2**

#### **Dando voltas em torno da praça ou variações sobre o tema da cultura**

O desenvolvimento da humanidade está marcado por encontros, contatos, conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de se conceber e apreender a realidade e expressá-la. A realidade e a complexidade dos agrupamentos humanos são muitas, assim como as características que os unem e diferenciam, no que diz respeito às suas formas e manifestações culturais.

Cada realidade cultural tem uma lógica interna, que se deve conhecer para que suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam façam sentido. Uma compreensão do conceito de cultura exige que se pense em toda esta diversidade, de povos, sociedades e suas organizações, grupos familiares para que não se cometa equívocos de pensamentos voltados para o preconceito e o julgamento.

Os estudos do conceito de cultura implicam no reconhecimento de que, por um lado, se encontram povos e contextos culturais unidos por tradições culturais e, por outro, de que a cultura não é apenas a acumulação dessas tradições. Ela está entrelaçada com um sistema mais amplo, que engloba formas outras de manifestações e expressões.

Cultura é um campo de estudo que diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Não pode existir uma sociedade sem cultura. Utiliza-se aqui, portanto, uma concepção ampla de cultura, que diz respeito a tudo o que caracteriza uma realidade social, a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade.

Muitos são os autores que pesquisam e se aprofundam no estudo da cultura e suas complexidades. Sem a pretensão de esgotar os estudos relativos ao tema, mas sem deixar de caminhar por entre alguns deles e, também, para que se chegue a uma concepção de cultura que possa dar conta das discussões levantadas nesta tese, faço a seguir uma pequena incursão no pensamento de alguns autores que buscam compreender as ramificações e subjetividades que estão implícitas no termo.

Para DaMatta (1991) não há cultura se não houver uma tradição viva, conscientemente elaborada que passe de geração para geração, que permita individualizar ou tornar singular uma dada comunidade em relação às outras (constituídas de pessoas da mesma espécie). É a tradição que dá à coletividade a consciência do seu estilo de vida.

A cultura implica certa medida de homogeneidade. Homens e mulheres precisam de uma existência unificada. Sua participação em uma cultura é um dos fatores que lhes proporciona o sentido de pertencer a algo. A cultura dá um sentido de segurança, de identidade, de dignidade, de ser parte de um todo maior e de partilhar a vida de gerações anteriores e também das expectativas da sociedade com respeito a seu próprio futuro. O que se percebe aqui é a noção de tradição fortemente defendida por este autor. É na tradição, na passagem das gerações que as sociedades podem se definir como únicas, diferentes, singulares. Nesta singularidade está marcada a consciência do papel de cada um na continuidade de uma determinada forma de vida. Todos cuidam para que a tradição não se perca. Há um cuidado com que existia no passado e com o que vai existir no futuro.

A palavra *cuidado* está diretamente ligada ao conceito de cultura, como mostra Chauí (1986). A autora faz uma abordagem do termo cultura, primeiramente, através da etimologia e revela que o termo vem do verbo latino *colere* que originalmente era utilizado para o *cultivo* ou *cuidado* com a planta. Por analogia o termo foi empregado para outros tipos de cuidados, como o cuidado com a criança ou puericultura, o cuidado com ou deuses, ou culto. Cultura era, então, o cuidado com tudo que dissesse respeito aos interesses do homem, quer fosse material ou simbólico. Para a manutenção desse cuidado era preciso a preservação da memória e a transmissão de como deveria se processar esse cuidado, daí o vínculo com a educação a ao cultivo do espírito. O homem culto teria então uma interioridade "*cultivada para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza e do sagrado*" (Chauí,1986:11). A partir do século XVIII o termo vai

se ligar a um outro, o vocábulo civilização. Para os românticos, enquanto civilização expressa artificialidade, convenção, sujeição da sensibilidade às correntes da razão artificiosa, cultura era bondade natural, interioridade espiritual. Por outro lado, a articulação dos dois termos era vista positivamente, uma vez que eles concorriam para o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento do ser humano. A cultura era a medida de uma civilização, não era concebida como natureza como viam os românticos, mas

“específico da natureza humana, isto é, o desenvolvimento autônomo da razão na compreensão dos homens, da natureza e da sociedade para criar uma ordem superior (civilizada) contra a ignorância e a superstição” (Chauí, 1986:13).

Percebe-se a partir da explicação de Chauí, que a ampliação do conceito no século XVIII da qual fala Burke, como veremos a seguir, estava mais ligada aos pensadores ilustrados, cuja reflexão se encaminhava no sentido de perceber cultura justamente como não natural, pois a natureza era entendida, por essa perspectiva, como contingência e imobilidade, ou ainda como o "reino das causas mecânicas.

Burke (1989), fala de uma ampliação do conceito em tempos mais ou menos recentes. Escreve o historiador que até o século XVIII o termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música (...) hoje contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e pesquisadores usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante (Burke,1989:25).

A ampliação do conceito de cultura mencionado por Burke, no entanto, não é unânime. É possível perceber nessa conceituação uma tendência culturalista, que opondo cultura a natureza faz da primeira uma ocorrência universal, ou seja, todos os povos possuem cultura.

O problema desse raciocínio, na opinião outro autor, Canclini (1983), é que a abrangência do conceito proporciona dois inconvenientes: i) apesar de ter produzido uma equivalência entre as culturas, ela não conseguiu dar conta das desigualdades entre elas, ou ainda: de como as diferenças se transformaram em desigualdade e ii) na medida em que pensa todos os fazeres humanos como

cultura, ela não dá conta da hierarquização desses fazeres e o peso distintivo que possuem dentro de uma determinada formação social.

Canclini propõe então restringir o uso do termo cultura para a

“Produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido” (Canclini, 1983:29).

O autor se opõe às conceituações de inclinação idealista, que vê a cultura apenas como ligada ao campo das crenças, dos valores e das idéias. Afirma que sua proposição de conceituação de cultura não se encaminha no sentido de identificar o cultural com o ideal, nem o de material com social, nem sequer imagina a possibilidade de analisar esses níveis de maneira separada. Ao contrário,

“Os processos ideais (de representação e reelaboração simbólica) remetem a estruturas mentais, a operações de reprodução ou transformação social, a práticas e instituições que, por mais que se ocupem da cultura, implicam uma certa materialidade. E não só isso: não existe produção de sentido que não esteja inserida em estruturas materiais” (Canclini, 1983:29).

Com a proposta de uma antropologia interpretativa, Geertz (1989) apresenta a discussão sobre o estatuto da dimensão simbólica no pensamento social. Mudanças de perspectiva na antropologia com críticas ao etnocentrismo e ao determinismo biológico são impressas, e afirma, a partir daí, uma visão da humanidade como um produto de complexas construções simbólicas. Para este autor “*o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu*” (p:15). Diz ainda que “*assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, à procura do significado*” (p.15).

Na visão de Geertz, a principal característica da cultura é a construção de sentidos e significados acerca das coisas do mundo, fazendo com que idéias e conceitos sejam partilhados e gestados historicamente. Desta forma, a cultura assume diferentes configurações, dependendo do contexto em que está inserida, já que nem todo significado é partilhado igualmente por todos.

“Assim como a cultura nos modelou como uma espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando – assim também ela nos modela como indivíduos separados. É isso o que temos realmente em comum – ser um ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido” (Geertz, 1989, p:37-38).

Do ponto de vista dos estudos históricos, além do historiador inglês Peter Burke, Carlo Ginzburg (1987) faz um exame crítico de vários autores e obras que versaram sobre o tema da cultura popular. Para esse historiador os desníveis culturais existentes nas ditas sociedades civilizadas foi o pressuposto necessário para o surgimento de disciplinas tais como: Folclore, Antropologia social, História das Tradições Populares e outras. No entanto, o uso da palavra cultura no intuito de descrever crenças, atitudes e comportamentos próprios das classes subalternas, foi de ocorrência relativamente tardia e surgiu do âmbito da Antropologia Cultural (Ginzburg,1987:16). Através de um movimento duplo reconhece-se como cultura tanto os fazeres de povos "exóticos", quanto às práticas das classes subalternas dos povos civilizados. Assim ele se expressa:

Só através do conceito de "cultura primitiva" é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como "camadas inferiores dos povos civilizados" possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe (Ginzburg, 1987:17).

Foi por esse duplo movimento de descoberta ou de valorização do outro, ainda que de forma paternalista e através de uma consciência pesada, que se pôde superar as antigas concepções de folclore como simples coleções de curiosidades, ou concepções que viam as práticas culturais das camadas subalternas como sombras das ruínas da cultura erudita.

Ginzburg constata que só mais recentemente a história vai se aproximar da temática do popular. Isso se deu, segundo seu entendimento, a duas motivações: uma ideológica e outra metodológica. A primeira diz respeito a certa concepção elitista que considera as "crenças e idéias originais" apenas e exclusivamente originadas no âmbito das classes superiores, e que por um processo de difusão essas idéias são transmitidas às classes subalternas. Essa transmissão ocorre, por essa visão, com tais perdas e deformações que a descredibiliza a ser estudada seriamente.

O aspecto metodológico se coloca na medida em que as culturas das classes subalternas são predominantemente orais. Diante da impossibilidade de entrevistar camponeses do século XV, só restaria ao historiador se valer de fontes escritas por indivíduos que não pertenciam aos quadros dessas classes, e que muitas vezes se encontravam em franca oposição a elas. Inevitavelmente o historiador terá em mãos aspectos da cultura popular mediado por filtros e intermediários. A partir dessa constatação elenca uma série de iniciativas que tentam superar essa problemática metodológica, e o exemplo disso está em seu próprio texto, os processos sofridos por um moleiro do século XVI na região do Friuli, na Itália. Para esse trabalho foram utilizados exclusivamente como fonte os documentos da inquisição que era a autora do processo.

No prefácio da edição inglesa deste livro, Ginzburg, inspirado pelos exemplos contidos na obra de Mikail Bakhtin (1993), menciona o termo "circularidade" para falar da comunicabilidade entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas ocorrido na Europa pré-industrial. Essa comunicação se dava de forma dialógica, com "influência recíproca" (Ginzburg, 1987:13).

Nesse estudo, Bakhtin aponta o carnaval como fonte de uma cultura popular que encontra nos mitos e ritos uma inversão bem humorada dos valores e hierarquias constituídas. Segundo ele, esta visão de mundo elaborada pela cultura popular se contrapõe ao dogmatismo e à seriedade da cultura dominante.

“A abolição das relações hierárquicas possuía uma significação muito especial. Nas festas oficiais, com efeito, as distinções hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagem apresentava-se com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para o seu nível. Essa festa tinha por finalidade a consagração da desigualdade, ao contrário do carnaval, em que todos eram iguais e onde reinava uma forma especial de contato livre e familiar entre indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição, fortuna, seu emprego, idade e situação familiar” (BAKHTIN, 1993:9).

Para situar o leitor na problemática do autor renascentista François Rabelais, Bakhtin tenta produzir uma teorização do grotesco e da cultura carnavalesca, tomando-os como peças chave para a compreensão da cultura

cômica popular da idade média e do renascimento. Afirma que o riso popular é um dos aspectos mais importantes no que diz respeito ao conjunto das criações populares, mas que a despeito disto ele é um dos itens menos estudados. Talvez aqui a crítica de Bakhtin recaia no fato de os pensadores românticos entenderem a relação entre campo e cidade como uma antinomia, na qual o campo representaria o ambiente natural por excelência, enquanto a cidade com seus requintes e planejamento racional, representaria o artifício, ou a negação da natureza.

O habitante do campo, por essa ótica, estaria mais próximo da natureza, longe dos desvios que a vida citadina produzia nas pessoas. Por outro lado, a cultura da praça pública da qual fala Bakhtin, era a cultura da cidade, portanto fora do escopo dos românticos.

Bakhtin, sem elencar quais sociedades ou informar datas mais específicas, diz que essa potência da percepção do real, contida na cultura cômica popular na idade média e no renascimento, "*já existia no estágio anterior da civilização primitiva*" (Bakhtin, 1993:05). O que ocorria, no entanto, é que nesse momento primitivo cuja formação social desconhecia a separação de classes e mesmo a ocorrência do Estado, fazia conviver aspectos sérios e cômicos de uma mesma realidade. Aos aspectos divinos ou heróicos, por exemplo, correspondia uma série de escárnios e zombarias, e ambos eram igualmente sagrados e oficiais.

A partir do desenvolvimento das sociedades de classes a cultura cômica popular vai se constituir como instrumento profundo de expressão de visão do mundo das camadas inferiores da sociedade. Apesar de permitida, essa cultura se constituirá como não-oficial. Ela quase sempre estará relacionada com elementos do poder e da igreja, mas sempre compondo um duplo risível dessas práticas, sempre apontando para a constituição de um outro mundo.

O conceito de cultura sofreu uma transformação no sentido de abarcar tanto as sociedades fora do mundo ocidental, quanto os grupos subalternos dentro dele. Esse movimento de certa forma deu legitimidade aos estudos das práticas culturais das camadas subalternas. Mas a despeito desse movimento ter produzido um descentramento na visão de mundo do ocidente, ela não conseguiu explicar as hierarquizações produzidas dentro das formações sociais ocidentais contemporâneas.

### 3.2.1 Bakhtin e o conceito de cultura

A partir de alguns conceitos cunhados por Bakhtin como dialogismo, interação verbal, ideologia, consciência, polifonia, exotopia, pode-se perceber que a contribuição desse autor à análise da produção cultural e das chamadas ciências humanas apresenta características interessantes.

A noção de dialogismo, de acordo com Bakhtin, pressupõe uma cultura fundamentalmente não-unitária, na qual diferentes discursos existem em relações de trocas constantes e versáteis de oposição.

O pensamento de Bakhtin revelado em sua obra, apesar de plural, tem uma unidade garantida pela centralidade da linguagem.

Dialogismo é princípio constitutivo da linguagem, o que significa dizer que toda a vida da linguagem, em qualquer campo, está impregnada de relações dialógicas. A concepção dialógica contém a idéia de relatividade da autoria individual e, conseqüentemente, o destaque do caráter coletivo e social da produção de idéias e textos. O próprio ser humano é um intertexto, não existe isolado, sua experiência de vida se tece, entrecruza-se e interpenetra com o outro como nas redes culturais propostas por Geertz. Pensar em relação dialógica é remeter a um outro princípio — a não autonomia do discurso. As palavras de um falante estão sempre e inevitavelmente atravessadas pelas palavras do outro: o discurso elaborado pelo falante se constitui também do discurso do outro que o atravessa, condicionando o discurso do eu. Em linguagem bakhtiniana, a noção do eu nunca é individual, mas social. Assim, a cultura atravessa a forma de viver do sujeito que fala e do sujeito que ouve, uma vez que ambos estão sendo constituídos pelos discursos e experiências do outro.

A consciência individual é, portanto, um fato social e ideológico. A realidade da consciência é a linguagem e são os fatores sociais que determinam o conteúdo da consciência – do conjunto dos discursos que atravessam o indivíduo ao longo de sua vida é que se forma a consciência.

O mundo que se revela ao ser humano se dá pelos discursos que ele assimila, formando seu repertório de vida. Pelo fato de a consciência ser determinada socialmente não se pode inferir que o ser humano seja meramente reprodutivo, o que se ressalta é, portanto, a criatividade do sujeito humano: ele é

influenciado pelo meio, mas se volta sobre ele para transformá-lo. Duas vezes nasce o homem: fisicamente (que não o insere na história) e socialmente, determinado pelas condições sociais e econômicas (que o insere na história). Não se pode sustentar, portanto, a idéia de que a ideologia deriva da consciência. Sob a forma de signos é que a atividade mental é expressa exterior e internamente para o próprio indivíduo. Sem os signos a atividade interior não existe. A palavra não é só meio de comunicação, mas também conteúdo da própria atividade psíquica.

A palavra *diálogo*, além de significar o ato de fala entre duas ou mais pessoas —, adquire também em seu sentido amplo qualquer tipo de comunicação verbal, oral ou escrita, exterior ou interior, manifestada ou não. Tudo está em constante comunicação. À idéia de diálogo soma-se um outro elemento que não se refere apenas à fala em voz alta de duas pessoas, mas a um *discurso interior*, do qual emanam as várias e inesgotáveis enunciações que são determinadas pela situação de sua enunciação e pelo seu auditório.

"A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação" (Bakhtin, 1992, p.125).

O conceito de dialogismo é vital para a compreensão dos estudos de Bakhtin e das questões referentes à linguagem como constitutiva da experiência humana e seu papel ativo no pensamento, no conhecimento e, conseqüentemente, na cultura. A contribuição à complexidade desse conceito também se verifica por implicar outros: interação verbal, intertextualidade e polifonia. Esses termos parecem designar um mesmo fenômeno com pequenas variações entre si. São essas especificidades que vão estabelecer as diferenças entre eles, aproximando-os ou distanciando-os em graus diferenciados. O mais importante é perceber que todos eles, independentemente de suas particularidades, rompem com a arrogância e a onipotência do discurso monológico. O ser social nasce com o exercício de sua linguagem.

Na linguagem, pela linguagem, no diálogo com o outro, na alteridade, no exercício ético e cognitivo da exotopia – afastar para entender – estão algumas das contribuições de Bakhtin que ajudam a construir o universo de significação da cultura.

O homem é social. Faz-se pela linguagem com o outro que é diferente dele e que forma ambos. Esse é o exercício de combinação de experiências que constitui o homem histórico, pertencente a uma dada comunidade e que, portanto, o constitui sujeito da sociedade, logo sujeito cultural.

A cultura é um espaço privilegiado de signos; contudo, há muito que se compreender sobre a dinâmica que comanda a relação entre os sistemas nesses espaços. Quanto mais instrumentos para se pensar tais mecanismos formos capazes de desenvolver, maiores serão nossas possibilidades de conhecer sua dinâmica.

Neste universo plural que se vê a partir do conceito – ou dos conceitos – de cultura está a criança. Produtora de sua história e imersa na sociedade de onde veio. Também ela está participando ativamente de todo este conjunto de relações e estabelecendo diferentes formas de se relacionar com eles. Produção e criação de linguagem, sistema de relações sociais, dança, música, instrumentos de trabalho, práticas e valores definidos, ética e estética, sagrado e profano. Teia de significados que enredam o indivíduo/criança e fazem dele/dela sujeitos diferentes uns dos outros a partir da experiência que vivem dentro dessas teias.

Com a ajuda da história aprendemos a olhar a evolução do conceito de infância e sabemos hoje dos ganhos obtidos no que diz respeito aos seus direitos e também no que se refere ao atendimento de suas necessidades básicas dentro destas redes e teias sociais e culturais.

Segundos dados do relatório<sup>5</sup> *Situação Mundial da Infância 2008 – Sobrevivência da Infância 2008 – UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)*, o Brasil melhorou 27 posições no ranking da taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos). O relatório avalia a situação geral da primeira infância (crianças de até 6 anos de idade) em 194 países.

O Brasil é um dos 60 países selecionados para a contagem regressiva para 2015 – quando se pretende atingir os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* –, no combate à mortalidade infantil. Apesar da taxa de mortalidade de menores de 5 anos estar abaixo da média mundial (que é de 72 mortes para cada mil nascidos vivos), o país entrou nesse grupo devido ao número absoluto de mortes. Em 2006, de acordo com o relatório, 74 mil crianças morreram no Brasil antes do quinto ano de vida.

---

<sup>5</sup> Dados consultados em [www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br) em 22.01.2008

O *Caderno Brasil*, publicação do UNICEF mostra a situação de crianças brasileiras de até 6 anos de idade e os avanços e desafios em relação à primeira infância no país. No caderno há um ranking das 27 Unidades da Federação brasileiras, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) <sup>6</sup>, criado pelo UNICEF para monitorar a situação da primeira infância no país. De 57 mortes de menores de 5 anos por mil nascidos vivos em 1990 têm-se, em 2006, 20 mortes por mil nascidos vivos. Com essa marca, o Brasil cai da 86ª do ranking mundial para a 113ª posição.

Na América do Sul, apenas três países têm taxas de mortalidade melhores do que o Brasil (Chile, na 148ª posição, com a taxa de nove mortes por mil nascidos vivos; o Uruguai, em 138ª lugar, com 12 mortes por mil; e a Argentina, em 125ª, com 16 mortes por mil nascidos vivos).

Os estados melhoraram o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI). No ranking do IDI, os Estados que aparecem com os melhores desempenhos são, pela ordem, São Paulo (com 0,856), Santa Catarina (0,828) e Rio de Janeiro com (0,806).

O IDI tem uma variação de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo que um município, estado ou região deve alcançar no processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento das crianças no primeiro período de vida. O índice é composto por quatro indicadores básicos: crianças menores de 6 anos com pais com baixa escolaridade, cobertura de vacina tetravalente em crianças menores de 1 ano, mães com cobertura pré-natal e crianças matriculadas na pré-escola.

No cálculo feito com indicadores de 2006, todos os estados brasileiros e o Distrito Federal alcançaram o IDI acima de 0,500, o que significa que todas as Unidades da Federação têm um nível de desenvolvimento infantil médio. Em 1999, sete Estados tinham um desenvolvimento infantil baixo. Em 2004, esse número foi reduzido para um.

Dessa forma, percebe-se que muito já se conquistou no tocante aos direitos da criança, mas longe de considerar que se chegou em um nível aceitável. Ainda há muito que fazer e a questão da cultura é um foco importante de reflexão.

---

<sup>6</sup> O IDI é um índice feito com base em dados oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Ele varia entre 0 e 1 e leva em consideração, em seu cálculo, o percentual de crianças com mães de escolaridade precária, o mesmo percentual em relação aos pais, as coberturas de vacinação (DTP e DTP + Hib), o percentual de gestantes com cobertura pré-natal adequada (mais de seis consultas) e a escolarização bruta na pré-escola. Quanto mais próximo de 1, melhor o índice.

Apontar o direito da criança à cultura como um eixo fundamental para sua formação integral é rodar a mesma praça várias vezes. Vêem-se as mesmas paisagens, mas sob ângulos diversos. A cada passagem pelo ponto de partida, uma imagem nova surge, diferente, desconhecida, ainda que a mesma de sempre – paradoxo incontestável. Exercício de descoberta, de busca do desconhecido. Como garantir que todas as crianças tenham direito às produções e manifestações culturais que a cidade em que ela vive oferece? De que práticas políticas, das esferas mais restritas às mais amplas, espera-se ações, leis, no reconhecimento de item fundamental para a formação do cidadão em sua completude?

Mas se ainda há lacunas a apontar nessa área, discussões e debates precisam continuar – ou começar – a acontecer.

### 3.3

#### **Escola: balcão baixo para alcançar o prato**

Quem anda pela cidade, caminha por suas ruas, olha, observa sabe que a cidade absorve de maneira exemplar o adulto saudável. Roletas, campainhas e degraus de ônibus, balcões de lanchonetes, orelhões, placas de sinalização, lixeiras, todos esses componentes estão a serviço do indivíduo adulto, que interage com a cidade sem problemas.

Barbosa (2003) afirma que os espaços urbanos geralmente não são bons para as crianças. A autora critica a tendência fragmentadora dos espaços para os sujeitos diferentes, dentre eles, as crianças. Acostumadas a observarem o mundo de um lugar que não lhes atende integralmente, a criança aprende a centrar seu olhar de baixo para cima e, assim, enxerga o que está a sua volta. O próprio adulto que lida com ela, na maioria das vezes, só a olha de cima para baixo, obrigando-a a levantar a cabeça para poder ouvir melhor, entender de maneira mais clara, ver o que lhe mostram. O espaço da cidade não é voltado para ela – sujeito de pequena estatura – e ignora seus desejos, possibilidades, necessidades.

As crianças têm um modo peculiar de habitar o mundo, elas atuam na criação de relações sociais, nos processos de aprendizagem e de produção de conhecimento desde muito pequenas. Sua inserção no mundo acontece a partir das observações das atividades dos adultos e com esses elementos elas produzem suas hipóteses, expressões, reflexões, julgamentos. É pelo e com o adulto, na grande

maioria das vezes, que a criança estabelece com o espaço urbano uma relação de aprendizagem, percebendo que muitas coisas existentes nele não foram feitas para elas, logo as ignora – ou desconhecem. Os adultos acabam por balizar a maneira da criança se relacionar com o espaço urbano uma vez que sozinha isso se torna difícil.

De que maneira então, centrados nessa discussão, espera-se que a criança faça uso do que acontece no entorno de sua comunidade familiar, escolar? Se ela o enxerga de forma comprometida, como interagir plenamente com ele? E o que fazer para alterar essa situação? A escola poderia ser um agente facilitador dessa transformação?

Refeitório. Chegamos ao refeitório para o almoço. As crianças estão muito animadas hoje. Parou de chover depois de quase uma semana e elas estão eufóricas pois hoje foram ao parque brincar. Natalia até estendeu um pouco o horário para satisfazê-las. Falam alto, conversam comigo, com a servente que serve o prato, com os colegas. Até cantaram alto a música da oração. O balcão onde a servente coloca os pratos com o almoço é muito alto. Algumas mal conseguem atingi-lo mesmo na ponta dos pés. A servente parece não perceber e chega até a reclamar quando alguma criança demora a pegar seu prato. Vez por outra a professora ajuda, uma outra servente também. Eu, sempre que posso, fico perto do balcão e pego os pratos para entregá-los às crianças. Elas não falam nada, mas me olham. Talvez por estarem muito excitadas, Fernando destrava a língua e reclama, bem alto, depois de alguma luta para pegar seu almoço: “essa escola nem que pensa na gente”!

(Caderno de Campo – junho de 2006)

Olho a cena, ouço o desabafo de Fernando e penso no papel que a escola tem – ou deveria ter – nas interações estabelecidas entre as crianças e o espaço onde circulam, seja aqui dentro ou lá fora. Uma escola de educação infantil deveria ter um balcão baixo, que facilitasse o acesso das crianças ao almoço, canecas de leite, sobremesas! Mas esta não é a primeira escola que conheço onde isso não acontece. Não há um olhar mais aguçado para essas questões. Outro dia ensaiei uma conversa sobre isso com a coordenadora, mas não colhi frutos. Minhas observações caíram no vazio, ou então ficaram em um balcão tão alto que ela não conseguiu alcançar.

A escola propõe um modelo de socialização baseado naquilo que se denomina até o presente como "A" cultura", "A grande cultura" ou a "alta cultura" (Barbosa 2003). A alta cultura supõe a existência de uma baixa cultura, ou seja, uma cultura popular. Esta divisão entre culturas somente pode existir se alguém ou acreditar na importância ou superioridade de certas atividades ou bens culturais em relação aos outros.

É inegável o poder da escola, afinal, ela ainda é a única instituição da modernidade que todas as crianças e jovens frequentam – tanto em nome da sua proteção como da sua segregação (Qvortrup, 2001) – para aprenderem à cultura legítima. Além disso, ela é, também, o lugar onde múltiplos modos de socialização e formações culturais se confrontam. A escola é a única instituição social que, pelo fator “obrigatoriedade”, dispõe de um público sempre presente. Outras instituições educacionais, como as bibliotecas, museus, centros culturais, precisam desenvolver estratégias de formação de público. Isso conta a favor da escola e contra os espaços de fomento à cultura.

Não se pode trabalhar sobre os usos sociais da cultura abstraindo a ligação que existe entre o capital escolar e as práticas e preferências culturais nas sociedades escolarizadas. O capital escolar adquirido, seja ele literário ou científico, determina grande parte dos futuros gostos e disposições culturais. Práticas de atividades culturais realizadas durante a infância têm forte influência sobre as práticas culturais da vida adulta. Pessoas que praticaram na infância atividades culturais como leitura, visita a museus, teatro, práticas culturais amadoras de cinema, teatro, shows públicos, têm mais chances de ter realizado estas atividades ao longo dos últimos 12 meses do que aquelas que não vivenciaram nenhuma das atividades em questão (Lahire, 2006 In: Barbosa 2003). Portanto, as práticas de realização de atividades culturais oferecidas para a criança na escola são fundamentais, mas também é importante verificar a forte correlação com o meio social de origem.

A legitimidade de uma única cultura torna-se problemática em uma cultura urbana, globalizada e interligada por redes virtuais, em que as oposições simbólicas entre cultura e subculturas, artes maiores e artes menores não são mais pertinentes. Apenas é possível observar como certos produtos e atividades culturais dispõem de poderosos meios de imposição de sua legitimidade, e que estes são permanentemente atualizados na manutenção das distinções (Barbosa, 2003).

A escola é o espaço de confronto de culturas pessoais – de crianças e adultos – e de culturas sociais – legítimas e não-legítimas (Lahire, 2006, In Barbosa, 2003). Faz-se necessário romper o silêncio sobre as diferentes culturas e dar-lhes visibilidade e reconhecimento. Fazer dialogar, interagir, comunicar as culturas, desmorrar atitudes etnocêntricas, criando espaço de interculturalidade.

Quanto menos massificada a cultura escolar – seja a dos professores ou aquela dos conhecimentos que eles transmitem –, maior será a capacidade da escola em criar espaços para a interlocução entre culturas infantis, famílias, bairro, vizinhança. A escola tem possibilidade e competência para contribuir seja na produção de novas culturas, seja no confronto de culturas já existentes, tendo assim uma maior possibilidade de propiciar condições de efetiva formação nas crianças.

As discussões sobre criança, cultura e cidade não se esgotam. Pelo contrário, entram por ruelas estreitas para logo encontrar uma larga avenida, recém aberta pela possibilidade do diálogo e que deságua em um mar de possibilidades.

Pensar de forma mais específica criança, cultura e cidade como pretende esta tese, requer conhecer de forma mais detalhada a cidade onde está localizada a escola onde foi realizado o trabalho de campo. Como surgiu, como se configurou ao longo do tempo, como está agora são alguns pontos que veremos a seguir.

### 3.4 O surgimento de uma cidade

A baía à margem da qual a cidade se organizou – Baía de Guanabara – foi descoberta pelo explorador português Gaspar de Lemos em 1º de janeiro de 1502. Erroneamente afirma-se que o nome da cidade – Rio de Janeiro – foi escolhido porque os portugueses acreditavam que a Baía de Guanabara era a foz de um rio. Na verdade, na época não havia qualquer distinção de nomenclatura entre rios, sacos e baías, motivo pelo qual foi corretamente designado como rio o corpo d’água que se apresentava aos descobridores. Segundo Corsino,

“A Baía de Guanabara foi um ponto estratégico da coroa portuguesa como local de vigilância, lugar de articulação com a África, posição privilegiada para se alcançar o estuário do rio da Prata e, posteriormente, porta de controle da riqueza do interior mineiro” (Corsino, 2003:147).

A cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro** foi fundada por Estácio de Sá que ocupou o Morro Cara de Cão, ao lado do Pão de Açúcar, arrasando os franceses que há quatro anos dominavam o lugarejo. Uma primeira tentativa de expulsão dos franceses por Duarte da Costa e Mem de Sá havia fracassado. Estácio de Sá foi o responsável em fundar, no dia 1º de março de 1565, a cidade

do Rio de Janeiro, rechaçando a partir daí novas tentativas de invasões estrangeiras e expandindo o seu domínio sobre as ilhas e o continente. Estácio de Sá deu o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro em homenagem ao rei de Portugal e ao santo crivado de flechas. Diversas batalhas ainda aconteceram nos anos seguintes entre franceses e portugueses. Entre batalhas, Estácio de Sá construiu na entrada da baía, em uma praia protegida pelo morro do Pão de Açúcar, uma fortificação composta por simples casinhas feitas de troncos de madeira e barro, que foi mais tarde destruída para um novo povoamento no entorno do morro do Castelo (completamente arrasado em 1922), onde atualmente se localiza a região central da cidade.

Lagoas e pântanos foram aterrados solidificando a cidade que nascia e dando origem à lugares que hoje formam uma importante parte do centro financeiro da cidade. A Lagoa de Santo Antonio originou a rua Treze de Maio e o Largo da Carioca (onde foi construído o Convento de Santo Antonio), o Boqueirão deu origem ao Passeio Público e um braço de mar denominado Vala originou a Rua Uruguaiana. A cidade cresceu entre quatro morros: morro do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antonio e assim permaneceu por três séculos.

Mais do que conquistar uma cidade, os portugueses tiveram que construí-la, uma vez que a faixa de terra entre o mar e as montanhas era muito estreita. Assim, a cidade foi surgindo a partir de aterros de mangues, lagoas, braços de mar; perfuração e demolição de morros, escavação de túneis por entre as rochas. Uma ação difícil e cara.

Para Lessa (2000), os maiores problemas do Rio vêm dessa característica urbanística. Durante quase todo o século XVII a cidade teve um desenvolvimento lento. Uma rede de pequenas ruas conectava entre si as igrejas, ligando-as ao Paço ao Mercado do Peixe, à beira do cais, nascendo a partir delas as principais ruas do atual Centro. Com cerca de trinta mil habitantes na segunda metade do século XVII, o Rio de Janeiro tornou-se a cidade mais populosa do Brasil, passando a ter importância fundamental para o domínio colonial. Essa importância tornou-se ainda maior com a exploração de jazidas de ouro em Minas Gerais, no século XVII, pois sua proximidade levou a consolidação da cidade como um importante centro portuário e econômico. Em 1763, o ministro português Marquês de Pombal transferiu a sede da colônia para o Rio de Janeiro, sendo que Salvador até esta

data ocupava esta condição. O Rio começou a expandir seus limites e a vida cultural a se organizar.

A cidade do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil de 1763 e 1960, quando o governo foi transferido para Brasília. Entre 1808 e 1815 foi a capital do Reino de Portugal e dos Algarves, como era oficialmente designado Portugal na época. Entre 1815 e abril de 1821, foi a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves após a elevação do Brasil a parte integrante do Reino Unido. É a única cidade do mundo que sediou um império europeu fora da Europa.

### 3.4.1

#### **A cidade do Rio de Janeiro e a chegada da Família Real: primeiros movimentos sociais e expansão cultural**

Em novembro de 1807 inicia-se, em Portugal, uma nova fase para a cidade do Rio de Janeiro, ainda que nem ela própria, nem seus habitantes tivessem esse conhecimento.

O príncipe regente Dom João VI, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, embarcou para o Brasil com toda a família real e a corte portuguesa, cerca de 10.000 pessoas da aristocracia, além de grande parte do tesouro português.

Para alojar a família real, o representante da corte portuguesa no Brasil designou o Palácio dos Vice-Reis – hoje Paço Imperial, localizado na Praça XV de novembro, centro da cidade. Além deste palácio, foi posto à disposição da família real uma quinta – a Quinta da Boa Vista – em São Cristóvão – local que se tornou a residência preferida de toda a família.

Com a chegada da família real, o Rio de Janeiro entrou em ebulição. A cidade passou a ser a sede da monarquia portuguesa e sua fisionomia se transformou. A cidade que os estrangeiros acharam suja, feia e malcheirosa começou a se expandir e cuidar de sua aparência, abrindo-se às modas européias. Para zelar pela segurança e policiamento da cidade, foi criada, ainda em 1808, a Intendência de Polícia, encarregada de todos os serviços de melhoria e embelezamento da cidade. Nessa época foram construídos chafarizes para o abastecimento de água, pontes e calçadas; abriram-se ruas e estradas; foi instalada a iluminação pública; passaram a ser fiscalizados os mercados e matadouros; organizadas as festas públicas, etc. Essas melhorias eram realizadas, muitas vezes,

com a contribuição dos ricos moradores, que recebiam em troca benefícios materiais e títulos de nobreza do Príncipe Regente.

A abertura dos portos às nações amigas transformou o porto do Rio em um importante centro financeiro e comercial. A população que era de aproximadamente de 50 mil pessoas passou para cerca de 100 mil. Espanhóis, franceses, ingleses, alemães e suíços, entre outros, com profissões variadas como médicos, professores, alfaiates, farmacêuticos, modistas, cozinheiros, padeiros, instalavam-se no Rio, como também representantes diplomáticos, pois a cidade se tornou a sede do Governo português.

A criação do Banco do Brasil e de novas instituições financeiras trouxe para o Rio de Janeiro ares de metrópole. Até então, o Rio era uma cidade pobre, sem planejamento urbano, com ruas estreitas, sem saneamento básico, repletos de escravos pelas ruas.

Aos poucos as casas perderam a aparência de austeridade e isolamento, ganhando janelas envidraçadas e jardins externos, à maneira inglesa. Com o passar dos tempos, muitos começaram a adquirir chácaras em locais próximos ao centro da cidade, como a rua Mata-Cavalos (atual rua do Riachuelo), ou em seus arredores, como Catumbi e São Cristóvão.

Ao longo dos treze anos que permaneceu no Brasil, Dom João criou várias instituições culturais, como a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, o Real Gabinete Português de Leitura, o Teatro São João (atual João Caetano), a Imprensa Nacional, o Museu Nacional. Algumas outras medidas deram novo fôlego à cultura, como a reorganização da Capela Real e a vinda, em 1816, da Missão Artística Francesa, a pedido do próprio Príncipe Regente, que trouxe nomes como Joachin Lebreton (pintor), Jean-Baptiste Debret (pintor), Augusto Henrique Vitorio Grandjean de Montigny (arquiteto), Auguste Marie Taunay (escultor).

No ano de 1820 estourou uma revolução na cidade do Porto – Portugal. Os liberais alcançaram vitória imediata e uma das primeiras medidas que tomaram foi exigir ao rei que voltasse. Dom João VI mandou preparar malas e embarcou com a família de volta, exceto o príncipe herdeiro, Dom Pedro, a quem deixou no Brasil como Regente.

A população havia se desligado da Europa e os portugueses que viviam aqui sentiam que faziam parte de outra realidade, sentiam-se brasileiros. Dom Pedro compreendia a situação e partilhava do sentimento geral de pertencimento a esta terra, sabia que era chegada a hora da separação. No dia 7 de Setembro de 1822 proclamou a independência. Logo após a independência, a cidade tornou-se a capital do Império do Brasil, enquanto a província enriquecia com a agricultura de cana de açúcar na região de Campos e, principalmente, com o novo cultivo do café no Vale do Paraíba. Para separar a província e a capital do Império, a cidade converteu-se, em 1834, em Município Neutro e a província do Rio passou a ter como capital Niterói.

Com a proclamação da República, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, o Rio de Janeiro enfrentava graves problemas sociais fruto de seu crescimento rápido e desordenado. Entre 1872 e 1890, a população chegava perto dos 800 mil habitantes. Com a rápida evolução dos transportes coletivos como o trem e o bonde, novos bairros surgiram constituindo o subúrbio do Rio, até então sertão da cidade.

O crescimento da cidade e o aumento da pobreza agravaram a crise habitacional, traço constante da vida urbana no Rio desde meados do século XIX. O epicentro dessa crise era ainda, e cada vez mais, o miolo do Rio de Janeiro – a Cidade Velha e suas adjacências –, onde se multiplicavam as habitações coletivas e onde eclodiam violentas epidemias de febre amarela, varíola, cólera que conferiam à cidade fama internacional de porto sujo. No intuito de minimizar esta imagem, várias ações de cunho higiênico foram implantadas, como a criação de sistemas de esgoto e a construção de hospitais e cemitérios (Lessa, 2000).

No início do século XX grandes reformas urbanas foram realizadas no Centro pelo engenheiro e prefeito Francisco Pereira Passos, que elaborou um plano urbanístico e modificou por completo a paisagem. Ruas foram alargadas e amplas avenidas foram abertas para permitir que a cidade atendesse às funções de centro comercial, financeiro e administrativo. Suas obras de maior vulto foram a modernização do porto, a abertura da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), a demolição do casario da “cidade velha” e a abertura e o alargamento de diversas ruas, além do embelezamento de logradouros públicos. Em decorrência desse projeto foram demolidos morros, quarteirões inteiros, casebres e habitações coletivas – os cortiços. Cerca 1600 velhos prédios foram destruídos, ficando

muitos de seus moradores sem ter onde morar e sendo deslocados para as encostas de morros da zona portuária e no bairro do Caju – hoje morros da Saúde e da Providência, surgindo um novo tipo de habitação popular: a favela.

Segundo Corsino,

“A cidade reformada no início do século XX pelo prefeito Pereira Passos, simbolizou a condensação do progresso tornando-se importante para a construção da identidade nacional e a valorização da sua auto-estima” (Corsino, 2003:152).

Após a revolução de 1930 que transformou a sociedade rural em urbana e industrial, tornou-se necessário que o Rio de Janeiro acompanhasse os novos tempos. Em 1937 Henrique Dodsworth assumiu a Prefeitura e elaborou novo plano urbanístico. Construiu a Avenida Presidente Vargas e a Esplanada do Castelo, abriu também a Avenida Brasil, importante artéria viária de entrada e de saída da Cidade.

Nos anos 50 o Rio de Janeiro tornou-se a grande praça financeira do país, aliado a um rápido crescimento populacional, o que intensificou a expansão imobiliária.

Em 21 de abril de 1960 foi inaugurada a nova capital do país, Brasília. A Cidade Maravilhosa foi transformada em cidade-estado com o nome de Estado da Guanabara. Em 15 de março de 1975 ocorreu a fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup> e em 23 de julho foi promulgada a Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Foi igualmente uma época de grandes obras urbanísticas. Construiu-se o Aterro do Flamengo, vários viadutos, vias expressas, a Ponte Rio-Niterói.

Importante salientar uma das principais características da cidade do Rio de Janeiro que surge nessa época e se estende até os dias de hoje: a rua como ponto de encontro e lugar de celebração e manifestações populares. Segundo Carvalho (1994, apud Corsino 2003) os intelectuais usavam a rua como posto de observação e encontro, o que faz surgir, desde o final do século XIX, uma imagem da cidade como lugar de boemia, malandros, biscateiros e contrastes sociais.

A rua é palco de encontros nos botequins lotados, nas barracas de cachorro quente e “churrasquinho”, nos quiosques ao longo da orla, nas praias, nos passeios pela Lagoa, no caminho para o Maracanã aos domingos, nos passeios

<sup>7</sup> Lei Federal Complementar n. 20/74.

pelas Paineiras. É, também, ponto de encontro nas calçadas de subúrbios como Madureira e Oswaldo Cruz, dentro do Campo de Santana, nas rodas de jongo na Lapa, nos chorinhos da rua do Lavradio sábado à tarde, nas rodas de samba. Todas estas manifestações estão espalhadas pela cidade e têm, no centro da cidade, um grande palco onde se apresentar.

*Pela e na* rua estão as pessoas que circulam como o flâneur benjaminiano, que faz desse espaço sua casa:

“A rua se torna moradia para o flâneur que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são as suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente” (Benjamin, 1994: 35).

Lessa traduz bem esta relação do povo do Rio com a rua:

“ O carioca não tem medo da multidão, tem medo, sim, da praça vazia. Creio ser a única metrópole, no mundo, capaz de tal concentração multitudinária, praticamente sem riscos, praticamente sem medos, com tão poucas perturbações. Talvez a relação intansa com a rua seja o denominador comum, decantada pelo tempo, do ser carioca. Na rua do Rio, o escravo, circulando e sobrevivendo, foi menos escravo; nela, o migrante prospectou seu espaço de possibilidades; a rua foi palco para o rico exibir sua opulência; A rua do Rio foi sempre o espaço de “socialização” que a casa do pobre não pode conter: o pobre amplia o amor de rua de seus vizinhos para a Cidade Maravilhosa, como síntese de natureza de trabalho público. Tem orgulho de ser co-proprietário da cidade” (Lessa, 2000:17)

### 3.4.2 O Rio de Janeiro hoje: uma visível cidade

O município do Rio de Janeiro está dividido em 19 subprefeituras e 34 regiões Administrativas<sup>8</sup>. A escola onde foi realizada a pesquisa de campo está localizada na 2ª R.A. que engloba as regiões do Aeroporto Santos Dumont, Castelo, Centro, Bairro de Fátima, Lapa e Praça Mauá.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a região do Centro tem 99,96% de área urbanizada. O IDH<sup>9</sup> geral da região é de 0,89% e o IDH/renda está em torno de 0,85%. Em torno de 60,82% da população têm uma intensidade/pobreza em torno de R\$ 75,50 e 4,96% das crianças entre 10 e 14 anos estão no mercado de trabalho<sup>10</sup>.

Em 2007, as estimativas populacionais do IBGE passaram por uma revisão em função da realização da Contagem da População de 5.414 municípios com até 170 mil habitantes. Este último levantamento aponta, em 2007, no município do Rio, 6.093.472 pessoas<sup>11</sup>. A população da região metropolitana do Rio de Janeiro é de 11.581.535 habitantes.

Ainda de acordo com o instituto, Estado, Região Metropolitana e Município do Rio de Janeiro estão diminuindo o ritmo de crescimento para patamares inferiores aos observados na década de 1980, destacando-se a inversão das expectativas para o Município e o Estado do Rio de Janeiro (previsão de pequeno aumento das taxas em 2006 e de queda expressiva em 2007). Mas nem sempre foi assim. No passado, o aumento populacional foi muito maior do que a cidade podia suportar e acarretou problemas de infra estrutura e questões sociais difíceis que, com o aumento da violência urbana, transformaram o Rio em uma cidade antagonista: conhecida internacionalmente pelas suas belezas naturais, suas

<sup>8</sup> Anexo I

<sup>9</sup> IDH – Índice de desenvolvimento Humano – foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto. O IDH também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDH-M e, embora meça os mesmos fenômenos - educação, longevidade e renda, os indicadores levados em conta são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

<sup>10</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); [www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br), [www.portalgeo.rio.rj.gov.br-bairros Cariocas](http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br-bairros Cariocas) março 2007.

<sup>11</sup> [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br), [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz) e [www.oglobo.com/dados](http://www.oglobo.com/dados) em novembro de 2007.

praias e monumentos, é também conhecida pela criminalidade e violência urbana. Dados da Secretaria de Segurança Pública apontam, na cidade do Rio, 131,3 mortes para cada 100 mil habitantes – o que caracteriza, segundo a própria Secretaria, um verdadeiro genocídio. Dessas mortes, mais da metade são de jovens entre 15 e 24 anos<sup>12</sup>.

#### Segundo Lessa

A cidade maravilhosa, objeto de desejo dos brasileiros foi sendo progressivamente dissolvida e, por muitos, desqualificada. O Rio converteu-se no testemunho dos desequilíbrios e distâncias socioeconômicos nacionais e no paradigma da má qualidade de vida urbana. No século XIX a cidade tinha como estigma a sujeira e a estreiteza das ruas, sobre as quais pairava a ameaça das epidemias. No final do século XX a visibilidade da questão social e a progressão organizacional da criminalidade urbana constituem os neo-estigmas (2000: 14).

A cidade do Rio, desde sua fundação, é uma cidade marcada por contrastes. Como salienta Lessa (2000), a cidade cresceu de forma desordenada, o que acarretou problemas em sua ocupação geográfica. A ocupação de muitos morros da cidade e o desmatamento de grandes áreas transformaram a cidade em um lugar que conjuga sedução e medo. Estes dois sentimentos convivem lado a lado com o carioca e com quem vem de fora para visitar a cidade. A violência é real, está à espreita nos sinais de trânsito, nas ruas escuras, na falta de policiamento, nos “arrastões”, nos roubos a transeuntes à luz do dia. Por outro lado, há uma sedução envolvendo a cidade que faz com que, apesar desta violência, se consiga viver, sair, passear – mesmo à noite – andar pelas ruas e aproveitar o que a cidade tem para oferecer. O medo não pode ser impeditivo da vida, e parece que o morador do Rio – assim como de outros grandes centros urbanos – aprendeu esta lição e a aplica no seu dia a dia.

Quem mora no Rio conhece de perto as diferenças sociais que atravessam a cidade e por ela é atravessada. Sabem da sua existência, mas sabem também que elas podem ficar ao largo quando o palco cultural é a rua, o espaço público. Nessas situações as diferenças sociais se confundem, se mesclam, mas não desaparecem. Em volta da mesa onde estão os músicos as diferenças são

<sup>12</sup>Dados consultados em [www.policiacivil.rj.org.br](http://www.policiacivil.rj.org.br) e [www.palavraplenacomunicacoes.blogspot.com](http://www.palavraplenacomunicacoes.blogspot.com) em novembro de 2007.

resguardadas. As roupas são semelhantes, os penteados também, todos bebem a mesma cerveja comprada nos mesmos camelôs, todos sabem as letras das músicas e sambam e dançam de forma igual. Ninguém pergunta aos outros de que bairro vieram, qual carro dirigem, que ônibus pegam para ir trabalhar. As diferenças sociais, no espaço público da cidade, convivem, nem sempre em perfeita harmonia, mas convivem.

A Lapa é um bom exemplo disso. Segundo Castro (2003) o bairro viveu em ostracismo de quase meio século. Durante este tempo muitos casarões foram derrubados e terrenos permaneceram vazios como que a marcar o abandono a que estava submetida. A partir dos anos 80 o bairro adquiriu novo fôlego com casarões sendo restaurados e reabertos para abrigar casas de shows e restaurantes. O bairro hoje é um grande centro de reunião de pessoas oriundas de diversas camadas sociais. É comum que se tenha, por final de semana, perto de 5.000 pessoas passando por lá entre jovens e adultos de classe média alta, moradores do subúrbio e do próprio bairro. Casas de shows, restaurantes e pizzarias, “botecos” finos, antes restritos à zona sul e que abriram suas filiais ali e estão sempre cheios, todos os dias da semana se somam à tabernas tradicionais estabelecidas há mais de 100 anos, “botecos” sujos, camelôs vendendo toda sorte de produtos, sinucas, depósitos de bebidas que também vendem bebidas baratas, estacionamentos regulares e irregulares, antiquários que também funcionam como bares com música ao vivo, músicas pelas calçadas além dos inúmeros travestis e prostitutas que há anos fazem da Lapa seu “ponto de trabalho”.

Todo este contingente convive de forma harmoniosa, o que não significa dizer que não haja conflitos, assaltos, violência. As pessoas se encontram sem marcar encontros, percorrem as ruas e estabelecimentos ao longo de toda a noite, circulam conjugando o medo e a descontração, em um misterioso acordo com a violência que anda sempre a espreitar.

Ainda que a Lapa seja hoje um emblema dessa situação, isso também acontece em outros lugares do centro da cidade como a Praça Mauá, que sempre reuniu várias casas de shows com “streap tease” em função de estar localizada no porto. A tradição de marinheiros fardados procurando estes lugares fez da Praça Mauá, durante muitos anos, um lugar onde não era “de bom tom” frequentar. A Praça Tiradentes abriga ainda hoje uma antiga e tradicional gafieira que se

mantém viva nos dias de hoje e várias casas de shows, além dos tradicionais teatros João Caetano e Carlos Gomes.

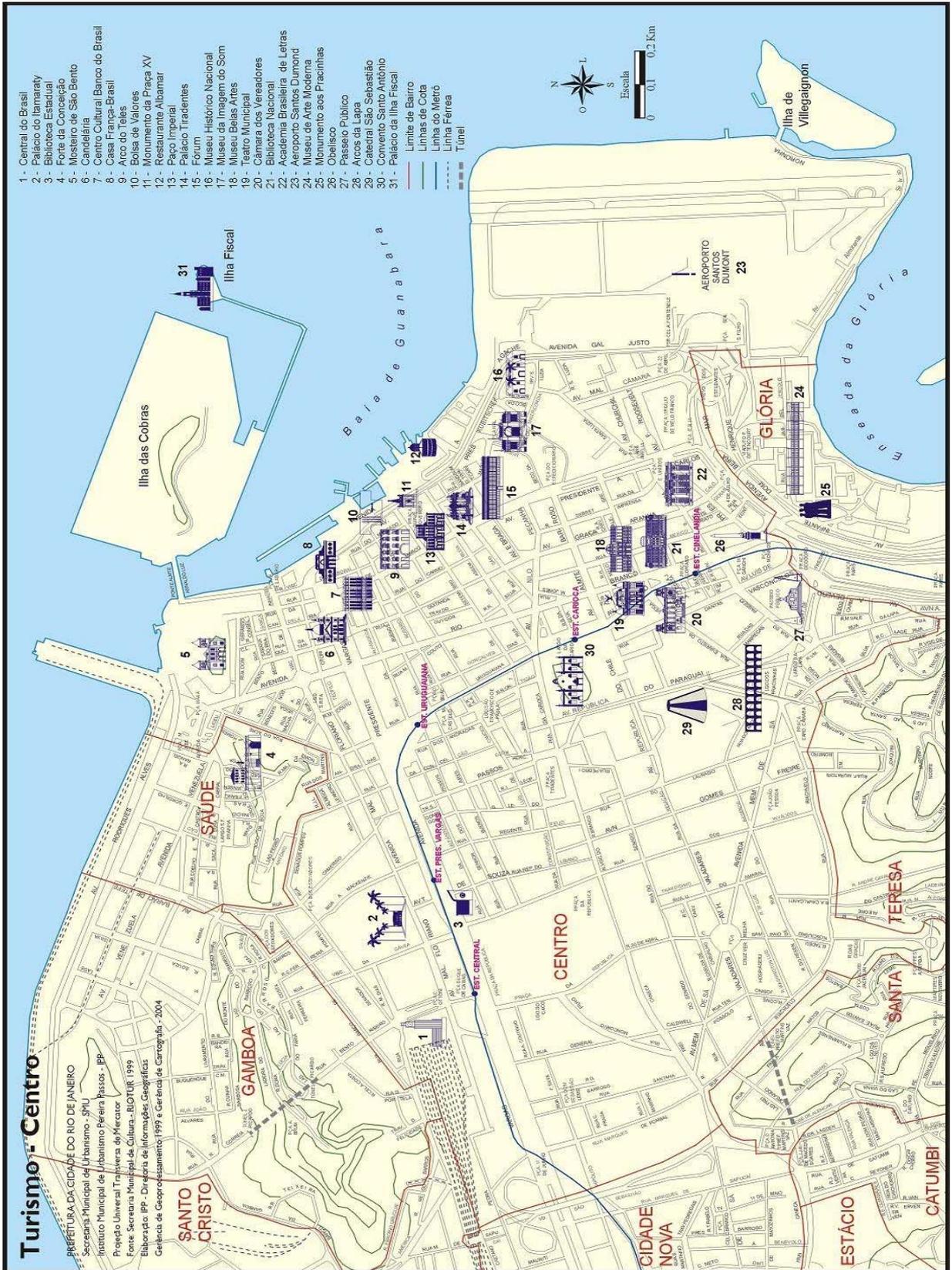
Estes são alguns exemplos de espaços tradicionais do Rio que redescobriram sua vocação para projetos culturais. Depois de anos no ostracismo, o centro do Rio volta a abrigar projetos ligados às artes em geral.

Hoje, o centro da cidade do Rio de Janeiro possui 25 bibliotecas, 25 centros culturais, 7 cinemas, 198 bens tombados, 13 galerias de arte, 37 museus, 33 teatros, 12 escolas e sociedades de música entre outros<sup>13</sup>. Muitos desses monumentos e teatros e bibliotecas estão com problemas de conservação estando, vários deles, fechados ao público.

O que se nota, no entanto, é que o centro da cidade se apresenta como um espaço que abriga inúmeros locais de fomento à cultura. Espaços que são mais *lugar* do que *não-lugar*, em que a socialização e a interação com o outro é possível, em que a dinâmica cotidiana possibilita que as pessoas combinem o horário de almoço com a visita a exposições, a saída do trabalho com o “chopinho” tradicional em lugares diferentes, com boa música e boa companhia.

---

<sup>13</sup> Os dados numéricos sobre os equipamentos culturais foram consultados no Armazém dos Dados do Instituto Pereira Passos acessado através do site da prefeitura – [www.rio.rj.org.br](http://www.rio.rj.org.br) em novembro de 2007.



Mapa nº 1

### 3.4.3 O centro da cidade

Ocupando uma área que se estende do Morro da Conceição até o Morro do Castelo – hoje esplanada do Castelo – o centro do Rio fervilha tanto de dia quanto à noite. Mesmo nos finais de semana, com o trânsito de pedestres e transportes reduzido, costuma ser difícil caminhar por suas ruas.

Bancos, órgãos públicos – como Detran, Petrobras, Embratel, Banco Central entre outros – têm ali instaladas suas sedes e filiais. Inúmeros prédios comerciais escritórios galerias colaboram para fazer do centro do rio o coração financeiro do Rio de Janeiro. De alguns anos para cá observou-se um novo tipo de comércio que descobriu as potencialidades comerciais do centro. Shoppings verticais de moda foram instalados pensando em um novo “filão do comércio” e, hoje, ocupam várias ruas do miolo central do centro da cidade – ruas transversais da Avenida Rio Branco como Sete de Setembro, rua da Assembléia, Rua do Ouvidor.

A Região Centro cobre uma área de 3.285 hectares na qual residem 268.280 habitantes. Sua densidade bruta de 81,7 habitantes por hectare é a sexta maior entre as 12 regiões do Plano Estratégico que compõem o Município do Rio de Janeiro<sup>14</sup>. É formada por 14 bairros: Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão e Saúde.

Apresenta rica variedade morfológica, apresentando basicamente cinco áreas distintas. A primeira abrange os bairros do Caju, Gamboa, Santo Cristo, Saúde e parte do Centro. É formada pelo depósito de sedimentos carregados pelas correntes da Baía de Guanabara e por aterros artificiais, onde se estabeleceu a Zona Portuária. Suas áreas residenciais situam-se predominantemente nos morros que a limitam: Providência, Pinto e Conceição. A segunda inclui os bairros de São Cristóvão, Mangueira e Benfica, sendo predominantemente plana, de baixa drenagem, com morros baixos e é limitada pelo Rio Maracanã e pela Avenida Brasil.

A terceira área, composta pelos bairros do Catumbi, Rio Comprido e Santa Teresa caracteriza-se por alta declividade e alta densidade de drenagem, destacando-se aí os rios Comprido e Papa-Couve, que nascem em Santa Teresa. É de suma importância para preservação do meio ambiente controlar a ocupação de

---

<sup>14</sup> Áreas Territoriais: valores obtidos pelo aperfeiçoamento do cálculo feito no Instituto Pereira Passos.

suas encostas e promover o reflorestamento. Grande parte destes morros é ocupada pelas favelas do Cerro-Corá, Turano, Fallet e Cachoeirinha que comprometem o solo e o reflorestamento.

A quarta área abrange os bairros do Estácio, Cidade Nova e parte do Centro. Era formada originalmente por terras cercadas por lagoas pantanosas e insalubres, que foram drenadas e aterradas para o crescimento da cidade. Um sistema eficiente de drenagem urbana, com a dragagem e manutenção constante do Canal do Mangue é de grande importância para prevenir as enchentes. A favela de São Carlos ocupa a maior área de encosta desta região, localizada em frente ao prédio onde funciona a Prefeitura, o prédio central das agências dos Correios, a estação Estácio do metrô, o Hospital da Polícia Militar e o Sambódromo.

A quinta área – Ilha de Paquetá – é formada por praias e morros. Estes últimos foram formados por antigas ilhas que serviram de obstáculo aos sedimentos carreados para a Baía pelos rios que nela deságuam, principalmente os do Município de Magé. Esses sedimentos formaram as praias e a pequena faixa de solo entre as elevações.

A atividade econômica da Região é composta por cerca de 21.800 estabelecimentos, 87,8% dos quais são do segmento de comércio e serviços, empregando aproximadamente 327 mil pessoas. O volume de negócios gera R\$ 1,8 bilhão de ICMS (US\$ 1,6 bilhão), a maior arrecadação de todo o Município<sup>15</sup>.

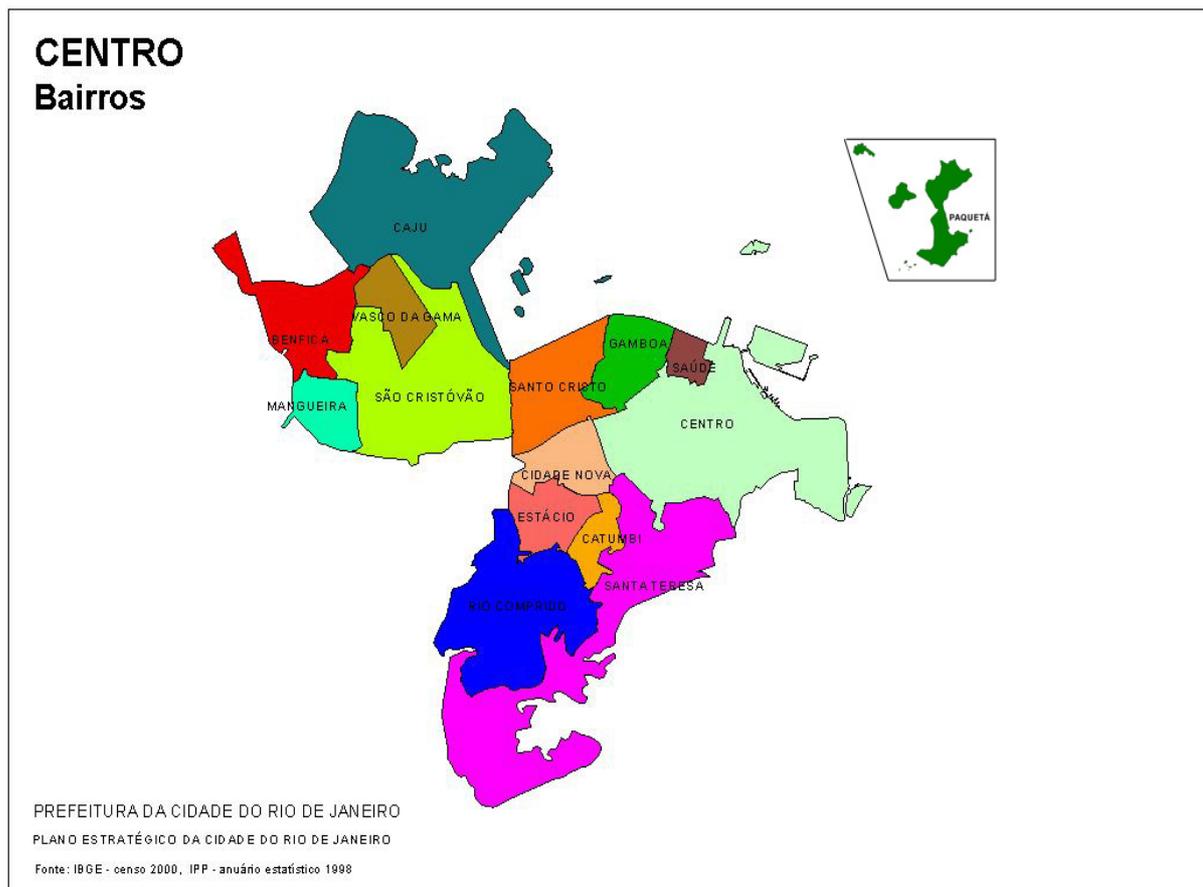
A Região está classificada como de médio-alto desenvolvimento humano segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH=0,829), e ocupa a 7ª posição quando consideradas todas as 12 regiões do Plano Estratégico. Entre as dimensões que compõem o IDH é a 6ª colocada em longevidade (IDH-L=0,782), 9ª em educação (IDH-E=0,918) e 7ª em renda (IDH-R=0,786).

Os dados demográficos indicam que a população da Região decresceu à taxa de 13%, no período 1991/2000, o equivalente à perda de 35.415 moradores, a maior entre todas as regiões da cidade. Em alguns bairros essa perda foi muito elevada, como Mangueira (29%), Santo Cristo (28%) e Centro (25%). A Cidade Nova foi o bairro que mais perdeu população em termos relativos (48%), considerando-se tanto a Região como o Município.

---

<sup>15</sup> Valor médio do dólar (1998) utilizado para a conversão: US\$ 1.1606

Estudos do Plano Estratégico indicaram que o fluxo migratório, com uma taxa estimada de 10% no período 1996/2000, foi o principal responsável pela perda de população da Região. Os bairros que mais sofreram perda pelo fluxo migratório foram Rio Comprido (21%), Saúde (20%), Santo Cristo (19%), Mangueira (13%) e Cidade Nova (11%). A Ilha de Paquetá recebeu um fluxo migratório positivo de cerca de 19% no mesmo período<sup>16</sup>.

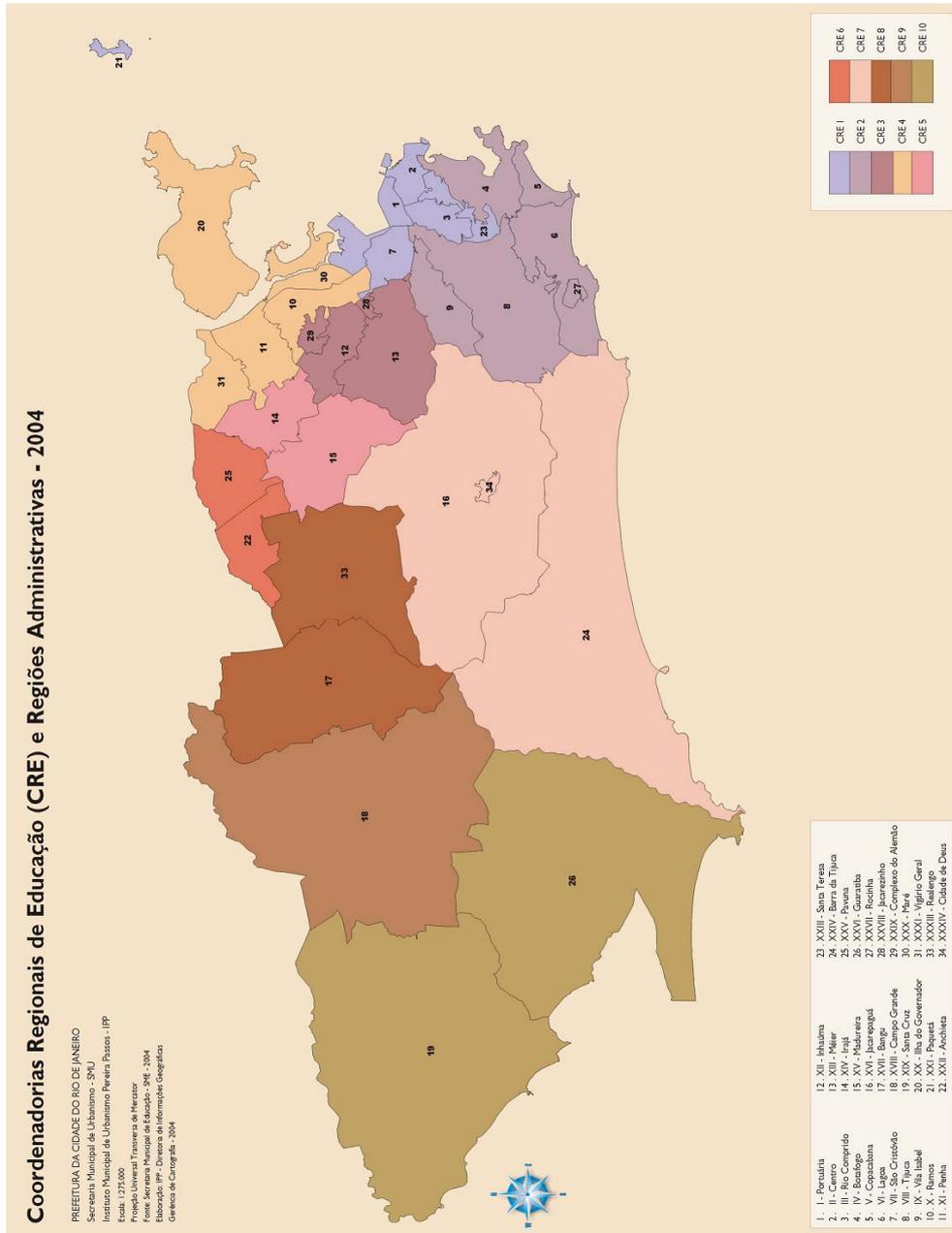


Mapa nº 2

A Secretaria Municipal de Educação – SME – possui 10 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Cada CRE é responsável pela gestão educacional de uma área da cidade que abrange bairros e suas respectivas Regiões Administrativas. Têm responsabilidade e capacidade para fazer frente à gestão regional do sistema educacional, gerenciando autonomamente as escolas sob sua responsabilidade de acordo com a política educacional da SME.

<sup>16</sup> Fontes : Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1993/1995 – Instituto Pereira Passos. Armazém de Dados – IPP/2003. Consulta pela página [www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/interna](http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/interna).

Mapa nº 3



A 1ª CRE que engloba entre outros bairros o centro da cidade possui 54 escolas de pré-escola e ensino fundamental. O centro da cidade abriga 10 escolas.

Para 2008 foram oferecidas 61.000 vagas nas pré escolas do município do Rio. Segundo dados do Censo Escolar de 2006, as pré-escolas municipais responde por 70,1% do atendimento. Esse índice se manteve desde os anos de 2005 e 2006. A queda verificada (-3,5%) corresponde a 202.517 crianças e parece estar associada à implantação do ensino fundamental de nove anos, que vem crescendo desde 2004. O aumento do número de matrículas na série inicial — ano um do ensino fundamental de nove anos — entre 2005 e 2006 foi de 47,3%, o que

corresponde a 429.659 matrículas. É importante ressaltar que nessa série houve aumento de 200.252 crianças com até seis anos de idade. Na pré-escola, registrou-se decréscimo de 177.153 crianças de seis anos.

**Tabela 1684** - Pré-escola e ensino fundamental - matrículas e nº de escolas na rede municipal de ensino, por APs, CREs, RAs e Bairros – 2006

Área de Planejamento	Coordenação Regional de Educação	Região Administrativa	Bairro	Matrículas	Nº Escolas
<i>Área de Planejamento 1</i>				32 522	54
1ª CRE				32 522	54
I Portuária				6 882	10
Gamboa				230	1
Santo Cristo				1 675	3
Saúde				1 706	1
Caju				3 271	5
II Centro				5 544	10
Centro				5 544	10
III Rio Comprido				7 497	13
Cidade Nova				1 869	5
Catumbi				1 684	2
Rio Comprido				3 462	4
Estácio				482	2
VII São Cristóvão				10 461	16
São Cristóvão				7 999	12
Mangueira				175	1
Benfica				2 287	3
XXI Paqueta				533	2
Paqueta				533	2
XXIII Santa Teresa				1 605	3
Santa Teresa				1 605	3

Um pouco do município do Rio de Janeiro e do centro da cidade do Rio estão contidos nas análises que apresentei. É neste contexto político, histórico e geográfico que está localizada a escola, foco da pesquisa de campo que apresento a seguir, no Capítulo II.

Sem a pretensão de traduzir em números absolutos o centro da cidade que abriga a escola pesquisada, procurei sintetizar tanto a diversidade histórica e política quanto a geográfica e educacional. Análises importantes para que se possa apreender meus próximos passos dentro de uma escola circundada por um fino aramado que a separa daquilo que pulsa do lado de fora.

Esta escola, os adultos que nela trabalham e as crianças que nela permanecem por 4 horas diárias estarão vendo o que o aramado, teoricamente, não impede de enxergar?